

NOVAS PERSPECTIVAS EM HISTÓRIA MODERNA

CICLO DE SEMINÁRIOS

12.Dezembro.2019, 18:00 | ISCTE-IUL, Auditório Caiano Pereira (edif I)

António Castro Henriques *

**Instituições políticas e divergência económica: Espanha, Inglaterra e Portugal,
1385-1800**

Resumo

Como explicar o declínio dos países pioneiros no acesso aos Novos Mundos (Portugal e Castela) relativamente aos seus competidores (Inglaterra e Províncias Unidas)? A narrativa dominante em história económica recorre às diferenças nos respectivos legados institucionais. Enquanto, nos segundos, existiam fortes constrangimentos constitucionais ao poder executivo, os primeiros tinham instituições “absolutistas” e extractivas, que constrangiam a iniciativa aos mercadores e não protegiam o capital, impedindo-os de retirar vantagens económicas duradouras dos seus impérios.

Neste seminário (baseado num trabalho em co-autoria com Nuno Palma) desenha-se e utiliza-se um conjunto de medidas da “qualidade” institucional aplicáveis a Portugal, Inglaterra e Espanha nos séculos XV a XVIII. Assim, analisa-se a diferença nos sistemas de dívida pública e em especial nas taxas de juro; considera-se em que medida é que as instituições políticas aproveitam a moeda para obter ganhos fiscais ou a respeitam como um bem público; analisa-se a diferença nas funções e no papel constitucional das assembleias representativas (os *Parliaments* ingleses e as *Cortes* portuguesas e espanholas) e não apenas a sua frequência. Conclui-se que não é possível considerar que a Inglaterra tem um legado institucional superior aos países peninsulares. Como tal, as “instituições iniciais” não podem explicar o desempenho económico que a Inglaterra manifesta a partir da segunda metade do século XVII, nem as dificuldades que os países peninsulares atravessaram nos séculos seguintes.

* Professor Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde é regente da disciplina de História Económica e Social. Doutorado em História pela Universidade de York (2009), ACH tem dois interesses de investigação principais: por um lado a interação entre a economia e a política, especialmente no domínio fiscal, e por outro no crescimento económico no longo prazo. Do primeiro salienta-se a sua tese *State Finance, War and Redistribution. Portugal, 1249-1527* (2009) e do segundo o artigo “Plenty of Land. Land of Plenty. The agrarian output of Portugal, 1311-20”, *European Review of Economic History*. É ainda co-autor da monografia *Sob o signo do pelicano: história do Montepio Geral (1840-2015)* (INCM, 1995).